

- A) F, V, F, V, F
B) F, F, V, F, F
C) V, F, V, V, V
D) V, F, F, V, V
E) F, F, F, F, F

**VUNESP – 2018 – UNICAMP – Procurador de
Universidade - Assistente**

03. Sobre o que prevê o CPC acerca das provas, assinale a alternativa correta.

A) A distribuição do ônus da prova está fixada nos termos da lei e não caberá às partes defini-lo de outra maneira em nenhuma hipótese, devendo o autor provar os fatos constitutivos de seu direito e o réu os fatos impeditivos, extintivos ou modificativos dos direitos do autor, salvo os casos em que se admite a inversão do ônus probatório.

B) Todas as vezes que a parte alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário deverá provar-lhe o teor e o conteúdo, além de sua vigência.

C) A existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados, a requerimento do interessado, mediante ata lavrada por tabelião, sendo que dados representados por imagem ou som gravados em arquivos eletrônicos poderão constar da ata notarial.

D) A confissão é, em regra, divisível, podendo a parte que a quiser invocar como prova aceitá-la no tópico que a beneficiar e rejeitá-la no que lhe for desfavorável, porém cindir-se-á quando o confitente a ela aduzir fatos novos, capazes de constituir fundamento de defesa de direito material ou de reconvenção.

E) O rol de testemunhas conterá, obrigatoriamente, o nome, a profissão, o estado civil, a idade, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, o número de registro de identidade e o endereço completo da residência e do local de trabalho.

VUNESP – 2019 – Prefeitura de Itapevi/SP – Procurador Municipal

04. As questões de fato controvertidas da demanda devem ser dirimidas através do conjunto probatório constante dos autos, e, nesse sentido, é certo que

A) as partes têm o direito de empregar todos os meios pragmáticos, teleológicos ou legais, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

B) caberá ao juiz, desde que haja requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

C) o juiz não deve indeferir quaisquer que sejam as diligências requeridas pelas partes, sob pena de ofensa à ampla defesa.

D) o juiz valorará a prova constante dos autos, vinculando-a ao sujeito que a tiver promovido, de modo que a prova produzida por uma parte não aproveite a adversa.

E) o juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

VUNESP – 2018 – TJ/MT – Juiz Substituto

05. Com relação ao direito à prova previsto no atual Código de Processo Civil, é correto afirmar que

A) a confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação, por meio de ação cuja legitimidade é exclusiva do confitente e não pode ser transferida a seus herdeiros se ele falecer após a propositura.

B) dados representados por imagem ou som gravados em arquivos eletrônicos não poderão constar da ata notarial.

C) os peritos e assistentes técnicos estão sujeitos a impedimento ou suspeição.

D) a escrituração contábil é indivisível, e, se dos fatos que resultam dos lançamentos, uns são favoráveis ao interesse de seu autor e outros lhe são contrários, ambos serão considerados em conjunto, como unidade.

E) fixados os honorários do perito, o juiz não poderá reduzir a remuneração inicialmente arbitrada para o trabalho.

**VUNESP – 2019 – Câmara de Porto Ferreira/SP –
Procurador Jurídico**

06. É exemplo de prova atípica:

A) confissão.

B) depoimento pessoal.

C) ata notarial.

D) perícia extrajudicial.

E) exibição de coisa.

VUNESP – 2019 – TJ/AC – Juiz de Direito Substituto
Adaptada

07. A produção antecipada da prova será admitida, dentre outras situações, nos casos em que o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação, sendo certo que

A) o juiz pode pronunciar-se sobre a ocorrência ou a inoocorrência do fato, mas não sobre suas respectivas consequências jurídicas.

B) findo o procedimento, os autos serão arquivados em cartório.

C) o juízo estadual tem competência para produção antecipada de prova requerida em face da União, de entidade autárquica ou de empresa pública federal se, na localidade, não houver vara federal.

D) no seu rito, admitir-se-á defesa, porém o recurso apenas será cabível contra a decisão que indeferir totalmente a produção da prova pleiteada pelo requerente originário.

**VUNESP – 2019 – Câmara de Mauá/SP – Procurador
Legislativo**

08. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados no diploma processual, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir de maneira eficaz na convicção do juiz. A respeito das provas e seu regime jurídico no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) A distribuição diversa do ônus da prova pode ocorrer por convenção das partes desde que celebrada antes do início do processo.
- B) A parte que alegar direito municipal provar-lhe-á no mesmo ato o teor e a vigência, sob pena de não conhecimento da alegação.
- C) A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que o prévio conhecimento dos fatos possa evitar o ajuizamento da ação.
- D) Dados representados por sons gravados em arquivos eletrônicos não poderão constar da ata notarial.
- E) Nas ações que versarem sobre bens imóveis, a confissão de um cônjuge não valerá sem a do outro, salvo se o regime for o da comunhão de bens.

VUNESP – 2019 – TJ/RO – Juiz de Direito Substituto

09. Com relação à produção antecipada de prova, é correto afirmar que

- A) o juiz poderá se pronunciar sobre as consequências jurídicas do fato probante.
- B) previne a competência do juízo para ação que venha a ser proposta.
- C) o juízo estadual tem competência quando requerida em face de empresa pública federal se, na localidade, não houver vara federal.
- D) o juiz não pode determinar de ofício a citação de interessados na produção da prova.
- E) é competente o juízo do foro de domicílio do requerente.

Questão Elaborada pelo Professor

10. Suponha que não haja processo anterior que trate da situação e seja necessário demonstrar que determinado fato ocorreu em rede social acessível pela Internet. O CPC dispõe que poderá ser realizada com a juntada aos autos

- A) de declaração pessoal do autor.
B) de prova emprestada.
C) do notebook.
D) da palavra do autor, registrada em cartório.
E) de ata notarial.

Questão Elaborada pelo Professor

11. Acerca do Depoimento Pessoal descrito no CPC de 2015, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Cabe à parte requerer o depoimento pessoal da outra parte, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, descabendo ao juiz de ordená-lo de ofício
- () Se a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confesso, não comparecer ou, comparecendo, se recusar a depor, o juiz aplicar-lhe-á a pena
- () É Facultado a quem ainda não depôs assistir ao interrogatório da outra parte
- () O depoimento pessoal da parte que residir em comarca, seção ou subseção judiciária diversa daquela onde tramita o processo poderá ser colhido por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, o que poderá ocorrer, inclusive, durante a realização da audiência de instrução e julgamento.
- () Quando a parte, sem motivo justificado, deixar de responder ao que lhe for perguntado ou empregar evasivas, o juiz, apreciando as demais circunstâncias e os elementos de prova, declarará, na sentença, se houve recusa de depor e lhe aplicará multa de 5 (cinco) vezes o salário-mínimo.

Assinale a sequência correta.

- A) F, V, F, V, F
B) F, F, V, F, F
C) V, F, V, V, V
D) V, F, F, V, V
E) V, V, V, F, F

Questão Elaborada pelo Professor

12. No que concerne à confissão, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que a

- A) A confissão deve ser necessariamente judicial.
B) A confissão judicial pode ser espontânea ou provocada, sendo aquela feita pela própria parte ou por representante com poder especial e a última constará do termo de depoimento pessoal.
C) A confissão judicial faz prova contra o confitente e os litisconsortes.
D) Nas ações que versarem sobre bens imóveis ou direitos reais sobre imóveis alheios, a confissão de um cônjuge ou companheiro valerá sem a do outro.
E) Vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis.

Questão Elaborada pelo Professor

15. Sobre Produção da Prova Documental, nos termos do CPC, julgue os itens:

I – Incumbe à parte instruir a petição inicial ou a contestação com os documentos destinados a provar suas alegações.

II – Quando o documento consistir em reprodução cinematográfica ou fonográfica, a parte deverá trazê-lo, mas sua exposição será realizada em audiência, dispensando-se intimação das partes.

III - É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapor-los aos que foram produzidos nos autos. Admite-se também a juntada posterior de documentos formados após a petição inicial ou a contestação, incumbindo ao juiz, em qualquer caso, avaliar a conduta da parte.

- A) Todos os itens estão corretos
B) Todos os itens estão errados
C) Apenas o Item I está correto
D) Apenas o Item II está errado
E) Apenas o Item III está correto

**VUNESP – 2018 – Prefeitura de Bauru/SP –
Procurador Jurídico**

16. Acerca da produção da prova documental, assinale a alternativa correta.

- A) Incumbe às partes, até a decisão saneadora, trazer os documentos destinados a provar suas alegações, sob pena de preclusão.
- B) Sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra parte, no prazo de 5 (cinco) dias.
- C) Quando o autor juntar na petição inicial, documento que consistir em reprodução cinematográfica, sua exposição será realizada em audiência, intimando-se previamente as partes.
- D) A parte, intimada a falar sobre documento constante dos autos, poderá deflagrar incidente de arguição de falsidade, bastando a alegação genérica de falsidade.
- E) A utilização de documentos eletrônicos no processo convencional não dependerá de sua conversão à forma impressa.

Questão Elaborada pelo Professor

17. Sobre a Prova Testemunhal, nos termos do CPC, assinale a incorreta:

- A) A prova testemunhal é sempre admissível, não dispondo a lei de modo diverso.
- B) O juiz indeferirá a inquirição de testemunhas sobre fatos já provados por documento ou confissão da parte.
- C) Mesmo que os fatos só possam por documento ou por exame pericial serem provados, admite-se a prova testemunhal.
- D) Nos casos em que a lei exigir prova escrita da obrigação, é admissível a prova testemunhal quando houver começo de prova por escrito, emanado da parte contra a qual se pretende produzir a prova.
- E) Também se admite a prova testemunhal quando o credor não pode ou não podia, moral ou materialmente, obter a prova escrita da obrigação, em casos como o de parentesco, de depósito necessário ou de hospedagem em hotel ou em razão das práticas comerciais do local onde contraída a obrigação.

18. VUNESP – 2018 – TJ/SP – Juiz Substituto

Em relação à prova testemunhal, é correto afirmar:

- A) a testemunha não é obrigada a comparecer para depor sobre fatos que lhe acarretem grave dano.
B) ela não comporta a qualificação jurídica de prova nova para efeito de ação rescisória.
C) reputa-se impedido de depor sob compromisso legal aquele que tiver interesse no litígio.
D) como regra, ela será indeferida quando o fato só puder ser comprovado por documento ou prova pericial.

**VUNESP – 2018 – Câmara de Monte Alto/SP –
Procurador Jurídico**

19. Quanto à prova testemunhal e sua produção, assinale a alternativa correta.

- A) Depois de apresentado o rol, a parte não poderá substituir as testemunhas.
- B) Cabe ao juízo intimar as testemunhas arroladas pela parte, informando-lhes data, hora e local da solenidade à qual devem comparecer.
- C) As testemunhas serão inquiridas sucessiva e separadamente, primeiro as do autor e depois as do réu, não podendo tal ordem ser invertida.
- D) Os deputados federais e estaduais e os vereadores serão inquiridos em sua residência ou onde exercem suas funções.
- E) Quando for arrolado como testemunha o juiz da causa, se nada souber, mandará excluir seu nome.

- A) Todos os itens estão corretos
B) Todos os itens estão errados
C) Apenas o Item I está errado
D) Apenas o Item II está errado
E) Apenas o Item III está errado

VUNESP – 2019 –Câmara de Tatuí/SP – Procurador Legislativo

22. A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) O juiz poderá determinar a realização de nova perícia quando a matéria não estiver suficientemente esclarecida, sendo que a segunda perícia substitui a primeira.
- B) O juiz não poderá dispensar prova pericial quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem, sobre as questões de fato, pareceres técnicos ou documentos elucidativos que ele considerar suficientes.
- C) As partes podem, de comum acordo, escolher o perito, indicando-o mediante requerimento, desde que a causa possa ser resolvida por julgamento antecipado do mérito.
- D) Os assistentes técnicos, assim como os peritos, estão sujeitos a impedimento ou suspeição.
- E) Quando a perícia for inconclusiva ou deficiente, o juiz poderá reduzir a remuneração inicialmente arbitrada para o trabalho.

Questão Elaborada pelo Professor

23. Sobre Inspeção Judicial, dentro do Capítulo de Provas do CPC, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O juiz, de ofício ou a requerimento da parte, pode, em qualquer fase do processo, inspecionar pessoas ou coisas, a fim de se esclarecer sobre fato que interesse à decisão da causa
- () Ao realizar a inspeção, o juiz poderá ser assistido por um ou mais peritos
- () O juiz irá ao local onde se encontre a pessoa ou a coisa quando, dentre outras situações, julgar necessário para a melhor verificação ou interpretação dos fatos que deva observar
- () As partes não assistirão à inspeção, mas terão direito de conhecer o que dela resultou
- () Concluída a diligência, não haverá necessidade de lavrar auto circunstanciado.

Assinale a sequência correta.

- A) F, V, F, V, F
- B) F, F, V, F, F
- C) V, F, V, V, V
- D) V, F, F, V, V
- E) V, V, V, F, F

VUNESP – 2019 – TJ/RS – Titular de Serviços de Notas e de Registros

24. O juiz poderá inspecionar pessoas ou coisas, a fim de se esclarecer sobre fato que interesse à decisão da causa, denominando-se tal ato como inspeção judicial, sendo certo que

- A) para fins de reconstituição dos fatos, as pessoas serão levadas à presença do juiz da causa na sede do juízo.
- B) as partes têm direito a assistir à inspeção, porém sem fazer observações.
- C) deve ser determinado, apenas por requerimento de uma das partes, podendo ser realizada em qualquer fase do processo.
- D) concluída a diligência, o juiz mandará lavrar auto circunstanciado, mencionando nele tudo quanto for útil ao julgamento da causa, o qual poderá ser instruído com desenho, gráfico ou fotografia.
- E) ao realizá-la, o magistrado não poderá ser assistido por perito, a fim de que seja mantida a sua imparcialidade.

Aulões do NEAF

<https://bit.ly/2xgJx58>

Cadastre-se na Lista de Transmissão do NEAF no WhatsApp

<http://bit.ly/2S1NzpO>

Telegram

<http://bit.ly/TelegramNEAF>

Conheça nossos Cursos TCM SP 2020

<http://bit.ly/2TfpOpW>

Link do Curso 2 em 1 TJSP + MPSP 2020

<http://bit.ly/2UNO7kV>

Link do TJSP 2020

<https://bit.ly/3dyBqBq>

INSS

<http://bit.ly/2uVGnyX>

Polícia Civil

<https://bit.ly/2P2jkwC>

Cursos para Oficial de Promotoria MPSP 2020

<https://bit.ly/3fbakjt>

Dúvidas, sugestões ou para mais informações

contato@neafconcursos.com.br